

Alberto D. Cimadamore*

AS POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DE POBREZA: CONSTRUINDO ENFOQUES TEÓRICOS INTEGRADOS

INTRODUÇÃO

A pobreza tem estado presente na história da humanidade sob diferentes formas e intensidades, produzindo diversos efeitos sobre o conjunto da sociedade. Os últimos anos do século XX e os primeiros do século XXI mostraram haver um crescente consenso – pelo menos retórico – sobre a necessidade de reduzi-la, e chegou-se, inclusive, a falar em eliminá-la (Organización..., 1995). Isso é possível? Certamente, é possível reduzir os níveis de pobreza e eliminar suas expressões extremas. Existem recursos materiais para tanto, assim como um consenso em nível discursivo por parte de governos, organizações internacionais e diversos grupos sociais e econômicos (Dean; Cimadamore et al., 2005). No entanto, isso não está acontecendo. Estratégias e políticas de redução da pobreza são implementadas com mais ou menos êxito em diversas partes do mundo, mas os níveis de pobreza continuam sendo alarmantes, e existem sérias dúvidas sobre se alcançarem os modestos objetivos do Milênio,¹ pelo menos na América Latina.

* Doutor em Relações Internacionais, University of Southern California, Los Angeles, EUA. Professor Titular de Teoria das Relações Internacionais, Universidade de Buenos Aires (UBA), e Pesquisador do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Tecnológicas (CONICET), Argentina.

1 Os oito objetivos de desenvolvimento do Milênio abrangem desde a redução da pobreza extrema à metade até a detenção da propagação do HIV/AIDS e a realização do ensino básico universal para o ano 2015. Tais objetivos fazem parte de um plano acertado por todas as nações do mundo e todas as instituições de desenvolvimento mais importantes em nível mundial. Ver: <http://www.un.org/spanish/millenniumgoals/>

Se for logicamente possível reduzir-se substancialmente (senão eliminar) a pobreza extrema, se existem os recursos para fazê-lo, se se fizeram declarações e assinaram-se compromissos, por que isso não acontece? Indubitavelmente, as Ciências Sociais têm uma grande responsabilidade em tratar de responder a essa pergunta. Grande parte das respostas de especialistas, acadêmicos e governos fixa-se nas deficiências das políticas e programas de redução da pobreza. A discussão e a análise tendem a se concentrar nos projetos, alcances, implementação, contextos sociais e demais aspectos relacionados com a ação governamental e das organizações sociais que buscam mitigar os efeitos da pobreza. Suas referências situam-se, habitualmente, em níveis de análises nacionais e locais, salientando, em muitos casos, o papel discursivo e efetivo de organizações internacionais que trabalham no tema da redução da pobreza.

Além de estudos ou análises que incorporam esporádica e assistematicamente a dimensão internacional, é possível argumentar-se que as Relações Internacionais – como disciplina científica – não incluem, em suas correntes principais de pesquisa e produção teórica, a problemática da pobreza. Durante a década de 1990, parece não haver mudado muito essa situação, pois, conforme sustentam Durfee e Rosenau (1996), as correntes principais da teoria das Relações Internacionais não levam em conta esse tema. A idéia principal que se desenvolve neste trabalho parte do diagnóstico oportunamente difundido por esses autores e sustenta, em primeiro lugar, que, sem uma teoria que envolva os níveis de análise internacional, nacional e subnacional, não é possível encontrar-se as razões da permanência da pobreza ao longo da história da humanidade. De igual modo, sugere que, sem se lançar luz sobre as condições que geram ou produzem a pobreza em distintas escalas e níveis – de maneira complementar e integral com a pesquisa que enfoque sua redução –, não será possível encontrarem-se explicações satisfatórias para tal permanência (Cimadamore, 2005). Essas duas questões cognitivas são, além disso, condições necessárias para se avançar rumo a um vínculo efetivo entre ciência e política com a finalidade de reduzir a pobreza e erradicar suas formas extremas.

Este trabalho propõe as bases para se desenvolver um modelo teórico que possa contribuir para descobrir e explicar situações de produção de pobreza em diversos contextos históricos e geográficos – facilitando, além disso, os estudos comparados – a partir de uma perspectiva que abranje os principais níveis de análise utilizados na disciplina das Relações In-

ternacionais. O modelo teórico que se esboça tenta integrar alguns dos conceitos mais relevantes das Ciências Sociais (Estado, mercado e sistema internacional, assim como os agentes que operam nessas estruturas em níveis local, nacional, regional ou internacional), para identificar as condições que levam tanto à produção de pobreza como à sua eventual redução ou eliminação.

CIÊNCIA E URGÊNCIAS

A existência de níveis eticamente intoleráveis de pobreza em grande parte do nosso mundo é um convite irrecusável às Ciências Sociais para explicarem ou aumentarem o entendimento acerca de por que resultou historicamente impossível reduzi-la ou eliminar suas expressões extremas, apesar de existirem recursos para fazê-lo. Nesse sentido, um objetivo específico seria o de iluminar os processos paralelos de produção/reprodução e redução da pobreza, como passo prévio ao de dirigir as energias e recursos sociais de maneira mais efetiva.

Há poucas dúvidas, no mundo da ciência, de que o conhecimento teórico seja essencial para se caminhar em tal direção. No entanto, há ainda muitos céticos no mundo da política e da sociedade – particularmente nas áreas em que se tomam decisões – sobre a relevância que possam ter as idéias e as teorias em questões tão materiais como a pobreza, de modo que preferem privilegiar a ação. Não se trata aqui de aprofundar o debate sobre esse tema tão importante, mas talvez baste lembrar que alguns dos conceitos mais utilizados no momento de se falar sobre produção/reprodução de pobreza, desigualdade e exclusão, tanto no debate acadêmico como na discussão política, sejam precisamente os de Estado, mercado e sistema internacional. Qualquer pessoa que reflita sobre o tema que nos ocupa e preocupa aqui estaria, em princípio, de acordo em assumir que esses três conceitos são muito relevantes para se descreverem e explicarem as condições que favorecem a produção e a manutenção da pobreza, a desigualdade e a exclusão social (como seu reverso, a redução e/ou eventual erradicação).

Inumeráveis estudos empíricos derivados dessas noções teóricas contribuiriam – como de fato ocorre – para se reafirmarem diversas hipóteses derivadas daquela afirmação. No entanto, alguém “viu” algum desses conceitos no mundo real? Claro que não. Eles não podem ser “vistos”

nem “tocados” porque são imateriais. São idéias, construções mentais que usamos para compreender alguns aspectos fundamentais das relações políticas, sociais, econômicas e internacionais. Não obstante, os entendimentos, julgamentos e preconceitos que se tenham acerca dessas idéias e construções intelectuais condicionam a ação (e a omissão) dos agentes sociais e políticos que, dia-a-dia, lutam com ou contra a pobreza (produzindo ou reduzindo-a). Naturalmente, tais ajuizamentos afetam o discurso, a compreensão e a transmissão de idéias e conhecimentos para se configurar o nexa entre ciência e política.

O programa CLACSO-CROP de Estudos sobre Pobreza na América Latina e no Caribe estimulou e apoiou a realização e difusão de pesquisas originais sobre temas considerados cruciais para se pensarem as condições de produção e alívio da pobreza, a partir de contribuições internacionais em que se tentou privilegiar uma perspectiva comparada. Os três casos de estudo examinados mais adiante surgiram nesse contexto.

Os resultados alcançados até o momento por essa ambiciosa iniciativa foram heterogêneos. Por um lado, avançou o fortalecimento das bases para se conformar uma rede internacional de pesquisadores de temas relativos à pobreza, ao se facilitar a dedicação à pesquisa e a interação em espaços reais ou virtuais. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se está tentando abrir novos caminhos para o pensamento na problemática específica da pobreza na região, observa-se uma significativa dispersão das temáticas, metodologias e enfoques teóricos utilizados em investigações sobre a pobreza. Um grande número dessas pesquisas constitui estudos de casos focalizados em distintos níveis de análises – principalmente nacionais e/ou subnacionais –, cujos achados são de complexa comparação entre si, o que naturalmente dificulta o processo de acumulação de conhecimento sobre as condições de produção e/ou reprodução da pobreza.

Essas dificuldades originam-se tanto do tipo de método privilegiado (isto é, estudo de casos), como de diversas questões metodológicas e teóricas relacionadas aos problemas clássicos de definição de variáveis e de falta de homogeneidade na utilização de conceitos. Também se observa que muitos desses estudos estão focalizados em questões muito específicas, o que dificulta um olhar mais geral sobre a problemática da pobreza, isto é, a criação de uma teoria empiricamente baseada nas causas e condições de produção e reprodução do fenômeno. Em alguns casos, poderia se falar da existência de uma ambição interpretativa que tenta transcender os casos específicos. No entanto, as limitações empíricas ou teóricas que os estudos

de caso têm intrinsecamente impedem traduzir essas ambições em generalizações válidas para diferentes contextos geográficos. Uma agenda desse tipo, de longo alcance, permitiria um incremento substancial na qualidade e quantidade do conhecimento sobre o tema que, por sua vez, seria indispensável para se desenvolver uma estratégia efetiva de redução e eliminação da pobreza em suas diferentes manifestações.

Os problemas concernentes ao uso das principais categorias e conceitos – algo que indubitavelmente está relacionado com o déficit teórico-metodológico antes apontado – não afetam somente a qualidade da produção científica, como também transcendem essas esferas e têm impacto sobre a visualização do problema de uma perspectiva normativa ou de políticas. Um exemplo significativo é a falta de consenso nos estudos sobre pobreza acerca da entidade e traços gerais de um conceito central para o pensamento político e social dos últimos três séculos: o Estado. É possível observar, tanto em trabalhos acadêmicos como em discursos sobre o tema da pobreza, que se utilizam indistintamente os termos governo e Estado, sem discernir apropriadamente entre a agência e a estrutura, omitindo-se o evidente fato de que, enquanto um tem uma entidade física, o outro é uma construção intelectual. Similarmente, em alguns casos, se fala da sociedade civil como oposta ao Estado, sem se levar em conta que, numa acepção clássica, o Estado inclui a sociedade como um de seus componentes, junto com a ordem jurídico-constitucional, o território e o governo. Essas confusões lamentavelmente debilitam os achados ou as conclusões dos estudos ou visões que as promovem. Naturalmente, também levam a posições normativas ou a visualizações de políticas que partem de uma percepção errônea do problema do papel do Estado/governo/sociedade na produção ou alívio da pobreza (Cimadamore, 2003).

Uma aproximação superficial do que poderia ser o estado-da-arte na área de estudos da pobreza (algo que, por ora, não temos, embora esteja se tentando construir) provavelmente revelaria que grande parte dos debates centrais sobre o tema está mais concentrada em questões relacionadas com a medição da pobreza – certamente relevante de qualquer ponto de vista – ou em manifestações particulares da pobreza em tempo e espaços limitados. Essa concentração em questões quantitativas ou particulares da pobreza permite uma atribuição de recursos de investigação que tende a desfavorecer o tratamento de pontos substantivos mais gerais, que potencialmente possam contribuir para descrever e explicar a complexidade das situações que levam a sua produção ou sua redução em diferentes níveis de análise.

Em outras palavras, poderia se dizer que – com risco de cair numa excessiva generalização – não se observam tentativas sistemáticas de construir enfoques teóricos na área de estudos sobre pobreza que contribuam para explicá-la – e daí derivar soluções – em diversos contextos espaciais e temporais. Algo similar acontece com os enfoques centrados na produção da pobreza. Essa é uma importante brecha a ser enfrentada pelas Ciências Sociais, em geral e em particular, por todos aqueles interessados em que as pesquisas sobre pobreza tenham um impacto no mundo real.

O HORIZONTE DESEJÁVEL

Em face do exposto na seção anterior, a busca por um enfoque teórico que integre diversas perspectivas disciplinares das Ciências Sociais e cruze transversalmente distintos níveis de análise (local, nacional, regional e internacional) torna-se um objetivo central, tanto para os acadêmicos como para as instituições que demandam, realizam ou apóiam pesquisas sobre pobreza. Uma abordagem integrada que se proponha a cobrir o déficit antes apontado teria então que se assentar sobre algumas pautas básicas. Em primeiro lugar, seria necessário estimular a construção de teorias (ou simplificações delas, isto é, modelos) que, ao mesmo tempo em que tendessem a descrever melhor o universo de estudo – complexo por definição –, proporcionassem alguma clareza quanto ao uso dos principais conceitos, níveis de análise e carências teórico-metodológicas envolvidas na problemática da pobreza. Esse primeiro passo contribuiria para melhor se especificarem as variáveis normalmente utilizadas nesses estudos, para poder-se, a seguir, avançar no tocante a suas possíveis relações causais. Esta etapa, por sua vez, tenderia a favorecer, ou pelo menos possibilitar, a realização de estudos comparativos, o que é indispensável para se conhecerem as condições de produção, redução ou eliminação da pobreza nos diferentes contextos.

O debate metodológico – necessariamente vinculado ao teórico – deveria então apontar para a produção de pesquisas e reflexões comparativas que reduzissem a vulnerabilidade própria dos estudos de caso e permitissem incrementar os graus de generalizações dos achados e conclusões. Neste ponto, seria necessário ter-se especial cuidado com os problemas derivados dos níveis de análise e das interações das variáveis situadas em distintos planos, pois o entendimento da pobreza no mundo contemporâneo requer um exa-

me metucioso da interação de fatores ou variáveis que operam em situações locais, estaduais, nacionais, regionais e internacionais.

PARA UM ENFOQUE INTEGRADO

A construção de um enfoque ou modelo integrado como o que se propõe aqui não implica, sob nenhum ponto de vista, a construção de uma só teoria que descreva e explique a problemática, nem a adoção de um só método que, por definição, seja o mais apropriado para a área de estudos de pobreza. A idéia é apenas apontar-se, inicialmente, para a integração de alguns dos conceitos centrais que operam nos principais níveis de análise e que são, *a priori*, relevantes para se descobrirem as condições que levam tanto à produção de pobreza como a sua eliminação.

Existem poucas dúvidas de que os conceitos de Estado, mercado e sistema internacional sejam centrais e transcendam diferentes níveis de análise, ao mesmo tempo em que façam parte importante de qualquer explicação razoável acerca dos principais temas contidos na agenda atual de estudos sobre a pobreza. Não seria muito arriscado apostar-se que, na interação de variáveis que operam dentro dessas três estruturas – que normalmente têm como protagonistas agentes claramente visíveis –, residem algumas das principais causas e condições que levam tanto à produção e reprodução, como à redução ou eliminação da pobreza. No entanto, não conheço estudos que sistematicamente trabalhem, a partir de múltiplos níveis, uma perspectiva agente-estrutura (Wendt, 1987, 1999; Wight, 2006) e que tenham o potencial de ser integrados a uma agenda de investigação comparativa das políticas de produção de pobreza.

Pode-se começar a discutir uma aproximação teórico-metodológica nos termos antes descritos a partir de uma simplificação de seus principais componentes e da construção de um modelo teórico simples. Os elementos básicos de tal modelo poderiam ser inicialmente aqueles relacionados no Quadro 1.

A leitura – mesmo rápida – desse quadro que apresenta os principais agentes e estruturas com capacidade de explicar a existência e produção de pobreza revela um fato significativo que, em minha opinião, constitui o eixo estruturante de qualquer teoria multiníveis que pretenda dar conta desse fenômeno: o Estado é a única estrutura hierárquica que existe nesse

esquema. Este último possui, então, a capacidade para se opor às outras estruturas (mercado e estrutura internacional), as quais condicionam os agentes em diferentes níveis e caracterizam-se por princípios ordenadores anárquicos (que, por definição, assumem a existência de um poder formal superior) que fomentam logicamente a produção de pobreza.²

O Estado – como estrutura hierárquica em que existe formalmente o monopólio do uso legítimo da força, uma ordem constitucional que estabelece funções diferenciadas para os agentes e um princípio de soberania com base territorial que tem capacidade para aplicar “justiça distributiva” – é, teoricamente, a única unidade que pode condicionar a influência simultânea de agentes que operam sob a influência de outras estruturas cujos princípios ordenadores são anárquicos (mercados e estrutura internacional). Sem o Estado, os agentes nacionais e internacionais que operem sob os estímulos dos mercados nacionais ou internacionais estão destinados a gerar pobreza. Isso acontece porque a combinação de estímulos que essas estruturas anárquicas oferecem (que premiam a maximização de ganhos, a busca de controle monopólico dos mercados, a acumulação ilimitada de poder e lucro, entre muitos outros efeitos da concorrência e socialização que promovem) ignora o objetivo de distribuição de renda, capacidades e direitos tendentes a limitar ou evitar a produção de pobreza. Novamente, conforme se pode inferir do modelo esboçado, isso pode ser feito somente em presença de estruturas cujo princípio ordenador seja hierárquico (Estado) e sob regimes que efetivamente promovam uma justiça distributiva que limite a lógica de acumulação do

2 Um sistema é composto basicamente por estruturas e agentes. Waltz (1988) afirma que os sistemas são compostos por estruturas e unidades (que, por sua vez, podem ser estruturas, como os Estados). Isso é assim porque esse autor está pensando no sistema internacional, cujas unidades constitutivas são principalmente os Estados. Uma estrutura internacional é uma noção caracterizada por um princípio ordenador (a anarquia é definida como ausência de um superior comum), unidades com funções similares (“like units”) e distribuição de capacidades entre as unidades (que permite posicioná-las no sistema). Pensadas dessa forma, as estruturas são o componente sistêmico que permite pensar-se o sistema como um todo. Embora Waltz proporcione as bases do debate “estrutural” na disciplina das Relações Internacionais, existem outras definições de sistemas que incluem, além das estruturas e unidades, outras noções dinâmicas que se centram em processos e capacidades interativas não contempladas por aquele autor (ver, por exemplo, Buzan et al., 1993). Para este nível inicial de desenvolvimento do modelo multiníveis, preferimos partir de noções básicas que depois possam ser tornadas complexas à medida que se desenvolva a teoria representada por este modelo.

Quadro 1 Explicando a produção de pobreza: para um modelo teórico de dois níveis³

PRINCIPAIS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO SUBSISTEMA POLÍTICO	PRINCIPAIS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO SUBSISTEMA ECONÔMICO
NÍVEL 1: SISTEMAS NACIONAIS	
ESTRUTURA: 1) ESTADO	ESTRUTURA: 1) MERCADO
AGENTES: 1) GOVERNO 2) GRUPOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS 3) CIDADÃOS	AGENTES: 1) ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES 2) ORGANIZAÇÕES DE CONSUMIDORES 3) PRODUTORES INDIVIDUAIS 4) CONSUMIDORES INDIVIDUAIS
CRITÉRIO ORDENADOR: 1) HIERÁRQUICO BASEADO NUMA ORDEM CONSTITUCIONAL E RELAÇÕES DE PODER	CRITÉRIO ORDENADOR: 1) ANÁRQUICO (não se reconhece um superior comum), BASEADO EM LEIS E PRINCÍPIOS ECONÔMICOS
NÍVEL 2: SISTEMA INTERNACIONAL	
ESTRUTURA: 1) COMUNIDADE DE ESTADOS (formalmente não-hierárquicos)	ESTRUTURA: 1) MERCADO INTERNACIONAL
AGENTES: 1) ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS 2) FUNCIONÁRIOS INTERNACIONAIS 3) REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS 4) ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	AGENTES: 1) ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES INTERNACIONAIS 2) PRODUTORES INTERNACIONAIS (empresas transnacionais)
CRITÉRIO ORDENADOR: 1) ANÁRQUICO, BASEADO EM PRINCÍPIOS COMUNITÁRIOS (p. ex., de igualdade soberana dos Estados) E RELAÇÕES DE PODER QUE SE REFLETEM EM DISTINTOS REGIMES INTERNACIONAIS	CRITÉRIO ORDENADOR: 1) ANÁRQUICO, BASEADO EM PRINCÍPIOS E LÓGICAS ECONÔMICAS

3 Uma primeira aproximação com este modelo foi esboçada em trabalho anterior, apresentado originalmente numa conferência internacional da UNESCO realizada em Brasília (Cimadamore, 2003).

mercado capitalista.⁴ No entanto, é necessário sublinhar que, embora os Estados tenham histórica e logicamente capacidade para limitar ou eliminar a produção de pobreza (por exemplo, no caso da Noruega ou Suécia), é fácil argumentar, para a América Latina e outras partes do mundo, que são precisamente essas as estruturas que facilitam a produção de pobreza. Os estudos de casos que apresentamos mais adiante claramente fortalecem uma linha argumentativa neste último sentido.

Apesar dessa evidência empírica (que sempre pode ser refutada por evidência empírica em sentido contrário), desde a linha argumentativa derivada da simplificação teórica aqui esboçada e dos argumentos expostos em outro trabalho anterior (Dean; Cimadamore; Siqueira, 2005), o Estado pode ser tanto a causa eficiente, como a solução para a problemática da produção de pobreza em distinta escala. Se ele é um ou outro, depende da evidência empírica que apresente um caso concreto. No entanto, de uma perspectiva teórica, essa estrutura continua sendo a única com capacidade de se opor aos efeitos produtores de pobreza de agentes atuando sob os estímulos de mercados nacionais e internacionais, carentes de regulamentações baseadas em critérios distributivos e de equidade (totalmente alheios a essas estruturas e seus princípios ordenadores).

A leitura do modelo põe em evidência os problemas e o desafio que a definição dos principais traços que identificam cada um desses conceitos apresenta, normalmente carregados de significados em função das teorias e ideologias de quem os enunciam. A multiplicidade de definições é tão inevitável como a impossibilidade de se resolver esse debate num trabalho como este. No entanto, é concebível conseguir alguns acordos básicos sobre os traços ou características fundamentais de cada conceito, por exemplo, partindo de seu reconhecimento como agente ou estrutura e o nível de análise em que operem ou influenciem.

As dificuldades a serem superadas são certamente significativas. Os problemas para se identificarem os denominadores comuns do conceito de Estado são evidentes em diversas disciplinas das Ciências Sociais. Eles estão ainda, de certo modo, relacionados à variedade de correntes filosóficas, ideológicas e teóricas que competem para explicar ou interpelar as relações de poder numa sociedade.

4 Embora historicamente existam mercados “não-capitalistas”, neste trabalho utilizamos a noção de mercado no contexto do modo de produção e acumulação capitalistas.

Essas dificuldades podem ser observadas inclusive em textos básicos, sendo ressaltadas por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) ao argumentarem que os problemas de definição estariam vinculados à “dificuldade de analisar completamente as múltiplas relações que foram se instaurando entre o Estado e o conjunto social para detectar depois os efeitos na racionalidade interna do sistema político”. Essa visão baseia-se, em parte, numa interpretação centrada no estabelecimento dos direitos constitucionais fundamentais: a tutela das liberdades civis, os direitos sociais, a participação política e os problemas de distribuição da renda nacional.

O exercício de definir o Estado complica-se mais ainda quando se tenta incorporar as mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, particularmente considerando-se que as vinculações entre o Estado e a sociedade civil haviam terminado por alterar a forma jurídica do Estado, os procedimentos de legitimação e a estrutura da administração. Ao tentar definir o que se considera como a estrutura do Estado de direito, ele é apresentado como um conjunto de estruturas, a saber: (i) estrutura formal do sistema jurídico, entendida como uma garantia das liberdades fundamentais por meio da lei geral abstrata aplicada por juízes independentes; (ii) estrutura material do sistema jurídico, entendida como liberdade de concorrência num mercado onde se reconhece o direito da propriedade individual; (iii) estrutura social do sistema jurídico, centrada na questão social e nas políticas reformistas de integração da classe trabalhadora; e (iv) estrutura política do sistema jurídico, basicamente centrada na separação e distribuição do poder (Bobbio et al., 1988).

Esse tipo de definições centra-se nas dimensões jurídicas constitucionais do Estado, levando obviamente em conta os aspectos sociais que não podem ser esquecidos em qualquer conceituação dessa estrutura. No entanto, não se centra nas relações cruciais de outros elementos presentes na noção do Estado moderno: um material (território) e outro imaterial (soberania), que interagem para gerar a noção de territorialidade exclusiva e excludente, a qual nutriu o conflito e a mudança nas relações internacionais modernas e contemporâneas. Sem isso, não é possível entenderem-se as noções moderna e contemporânea do sistema internacional – ou sequer delas se aproximar.

Os governos são os agentes do Estado que exercem o poder derivado de formas históricas de governo (democrático, autoritário, etc.) e de Estado (federal, unitário, etc.). Isso quer dizer que estão indissolúvelmente ligados em termos de estrutura social-agente em que se configuram relações sociais de poder e dominação, que estabelecem parâmetros de dominação política e

acumulação econômica que se projetam a níveis subnacionais, nacionais e internacionais. Essas relações sociais e políticas realizam-se em contextos estruturados, cuja influência geralmente se expressa por intermédio de agentes econômicos e governamentais, e são as que tendem a produzir ou reduzir a pobreza, com diversos níveis de intensidade, dependendo das condições específicas dos diferentes contextos históricos.

No entanto, destacados expoentes das Ciências Políticas – com correlatos no restante das Ciências Sociais – não põem em primeiro lugar a natureza interativa das relações agente-estrutura ao definir, por exemplo, os governos “como o conjunto das pessoas que exercem o poder político, ou seja, que determinam a orientação política de certa sociedade” (Bobbio et al., 1998). Apenas ao avançar para a segunda acepção do termo *governo*, que se apegam mais à realidade do Estado moderno – que não se centra somente no conjunto das pessoas que detêm o poder de governo, mas no conjunto de órgãos a que institucionalmente lhes está confiado o exercício do poder –, especifica-se que o governo “constitui um aspecto do Estado” (Bobbio et al., 1998), embora sem destacar a complexidade das interações dessa estrutura com outras e com agentes que atuem em diferentes níveis de análise.

Esse rápido e incompleto exercício de examinar criticamente definições – como passo prévio a uma reconstrução conceitual de acordo com o modelo teórico – tem somente o propósito de mostrar a complexidade do exercício de projeto de modelos úteis para entender e explicar a produção de pobreza de maneira comparativa, para avançar assim rumo a generalizações empíricas e avalizadas teoricamente. Esse exercício deverá, em seu momento, abarcar cada um dos conceitos incluídos no modelo, para poder servir de marco de referência a estudos de caso e comparados cujas conclusões tenham possibilidades de generalização.

O modelo que se apresenta aqui é – como todo modelo – uma simplificação de uma possível aproximação teórica com a problemática da pobreza, que abrange distintos níveis de análise. O propósito de sua apresentação é muito simples: favorecer um debate crítico para contribuir para diminuir o déficit apontado acima. A tarefa que segue implica, entre outras coisas, definir os principais conceitos, pensar os modos como interagem para gerar ou mitigar a pobreza e apresentá-los em forma de hipóteses que possam fazer parte de uma agenda de pesquisa comparativa. As prováveis hipóteses vinculariam logicamente a produção de pobreza (e eventualmente o seu reverso, a redução da pobreza) como variável depen-

dente da ação de agentes concretos que atuam condicionados por estruturas históricas e têm capacidade de se constituir em variáveis independentes.

Naturalmente, isso é apenas uma primeira aproximação, que pode ser superada a partir de diferentes olhares críticos que resgatem outros conceitos e posições teórico-metodológicas. O que se quer ressaltar nesta proposta é a importância que se atribui à explicação do contínuo produção-redução de pobreza na ação de agentes estruturalmente condicionados por variáveis que se situam em distintos níveis de análise.

PRODUÇÃO DE POBREZA E EVIDÊNCIA EMPÍRICA

A complexidade das relações entre pobreza e trabalho, exploradas a partir da identificação das condições de produção e reprodução da pobreza, foi o objeto central de discussão no seminário que o Programa CLACSO-CROP organizou em 2004, em colaboração com o CEDLA em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. Vários estudos de casos apresentados naquela ocasião – que depois foram compilados num livro do CLACSO – trataram de descrever e explicar situações em que se enfatizavam os processos produtores e reprodutores de pobreza (Alvarez Leguizamón, 2005). Três desses trabalhos examinam processos que ilustram a geração de pobreza em diferentes países da América Latina (Bolívia, Paraguai e México), proporcionando uma valiosa contribuição empírica para a compreensão desses fenômenos mediante o uso de estudos de casos.

A seguir, apresentam-se alguns dos principais achados desses estudos, tratando de respeitar, na medida do possível, as categorias, conceitos e estrutura da exposição que os respectivos autores adotaram em sua obra. Essa apresentação é feita com um propósito duplo: (i) ressaltar o valor intrínseco dessas contribuições, que apresentam um enfoque original e empiricamente fundado, concentrando-se na geração e produção de pobreza (transcendendo assim as aproximações mais habituais para a redução da pobreza), e que, de alguma maneira, consideram a influência de estruturas e agentes atuantes em níveis subnacional, nacional e internacional; e (ii) refletir sobre o potencial inaproveitado dessas mesmas pesquisas, por não estarem estruturadas num enfoque teórico-metodológico que permita a comparação dessas experiências, e tirar conclusões generalizáveis, trazendo-se assim uma contribuição para a ciência que sirva para orientar políticas de redução da pobreza e eliminação de suas formas extremas.

CASTANHA E PRODUÇÃO DE POBREZA NA BOLÍVIA

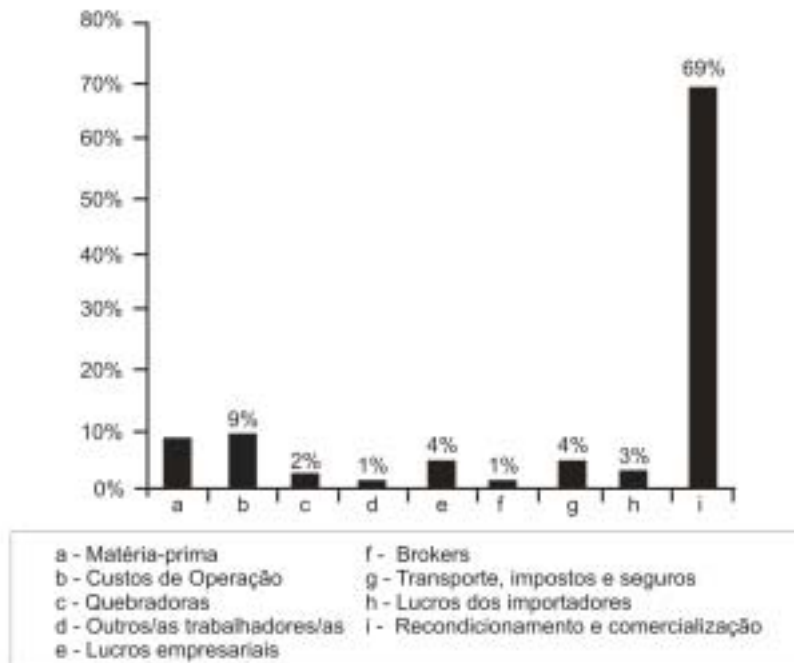
O primeiro dos três estudos de caso que se apresentam a seguir foi desenvolvido por Lourdes Montero (2005) e tem como objeto o processo de produção de castanha no Oriente boliviano. Essa atividade econômica concentra-se em Riberalta, um enclave que gera 90% da produção nacional com este rótulo e está incorporado ao mercado internacional de nozes por meio da exportação. Uma das idéias centrais que Montero desenvolve em seu estudo de caso é que a distribuição desigual da renda ao longo da cadeia produtiva, as formas de gestão da força de trabalho e as condições laborais, sociais e políticas predominantes nessa região da Bolívia estabelecem as bases de um processo ativo de geração de pobreza.

A autora argumenta que a distribuição de renda sem equidade na cadeia de produção da castanha está intimamente relacionada às estruturas de poder nos elos da cadeia produtiva e no comércio internacional. O mercado internacional de nozes caracteriza-se por uma oferta de diversos frutos substituíveis entre si, o que permite operarem-se mecanismos de mercado que regulam seus preços relativos. A castanha amazônica, que se encontra nas florestas altas da Bolívia, Brasil e Peru, consegue abarcar apenas 2% desse mercado. A demanda do produto é relativamente pequena, embora ele alcance um alto preço devido a sua escassez, e concentrou-se, durante os últimos anos, num reduzido grupo de países desenvolvidos (Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Holanda e Inglaterra), que adquiriram quase 99% da oferta mundial. Os Estados Unidos concentraram 48% da demanda, seguidos pela Grã-Bretanha (30%) e Alemanha (9%) (Montero, 2005).

As condições predominantes no mercado internacional desses produtos contribuem para estabelecer as bases da desigual apropriação do valor gerado pelo conjunto da cadeia da castanha amazônica: enquanto o comércio internacional obtém três quartas partes do valor gerado, a indústria nacional fica com a quarta restante. Os agentes internacionais beneficiados pelas condições de mercado são grandes empresas multinacionais de alimentos que controlam o mercado internacional de nozes e importam e distribuem a castanha para empresas processadoras locais ou realizam por si mesmas o processo de transformação. Cabe esclarecer que o processo de elaboração nesse elo da cadeia consiste apenas em condicionar, dar um rótulo e distribuir, aos comerciantes varejistas, um produto que é comparado em grandes quantidades no mercado internacional.

Essas porcentagens mostram quem são os que ficam com a maior parte dos lucros de um produto que, em 2001, custava US\$ 0,94 a libra (FOB) na Bolívia e era vendido no mercado norte-americano a US\$ 4,24. Essas cifras sugerem que, se os produtores e exportadores bolivianos pudessem vender seu produto no destino final, poderiam incrementar substancialmente suas rendas. No entanto, o estudo conclui que isso não acontece, não por limitações de capital ou iniciativa dos empresários bolivianos, mas devido ao poder monopólico exercido pelas empresas transnacionais de alimentos no mercado mundial, o que lhes proporciona capacidade para boicotar qualquer uma dessas iniciativas (Montero, 2005).

Gráfico 1 – A cadeia de valor da castanha, 2001 (%)



Fonte: Montero (2005), com base em dados de preços em dólares norte-americanos (US\$) por libra do produto.

A distribuição desequilibrada da renda em nível internacional tem seu correlato em iniquidades geradas no interior do mercado local, onde as condições do mercado de trabalho contribuem para que as quebradoras de castanhas (mulheres em sua grande maioria) e outros trabalhadores

obtenham 2% e 1%, respectivamente, do preço varejista. Inexistência de contratos de trabalho, jornadas não-sujeitas a horários, pagamento por empreitada, subcontratações, trabalho familiar não-remunerado e falta de controles estatais, entre outros fatores, contribuem para que se mantenha uma injusta distribuição das rendas que reproduz e gera – ao mesmo tempo – pobreza e iniquidade nos elos mais fracos da cadeia de produção da castanha. Começa a se delinear aqui claramente a forma pela qual o Estado boliviano convalida/permite/facilita a operação de agentes dominantes no mercado internacional que consolidam as tendências produtoras e reprodutoras de pobreza nesse país.

SOJA E PRODUÇÃO DE POBREZA NO PARAGUAI

A pesquisa conduzida por Ramón Fogel (2005) foi direcionada a explicar a expansão da soja transgênica no Paraguai e seus efeitos sobre a produção da pobreza, fruto do desemprego, da concentração de renda, da degradação ambiental e da corrupção que caracterizam esse fenômeno. Essa pesquisa adota um enfoque micro, em que o autor tenta identificar os indivíduos que causam a expansão desse tipo de cultivo e dele se beneficiam, chamando-os de “perpetradores de primeira e segunda linhas”. Esses perpetradores atuam no Paraguai com a proteção e promoção do Estado, que baseia sua estratégia de desenvolvimento num modelo agroexportador centrado na soja. Dessa maneira, Fogel desenvolve sua análise baseando-se na noção de agentes que operam com base em estímulos estruturais, seja em nível nacional (Estado e mercado paraguaio) ou internacional (mercado mundial da soja).

Neste último sentido, Fogel avança rumo a uma relação que condiciona os níveis de pobreza no Paraguai, ao afirmar que esse país sul-americano depende em grande parte de sua produção agropecuária, já que mais de 90% de suas exportações originam-se desse setor. Por sua vez, mais de 46% de sua população estão abaixo da linha da pobreza, e cerca de 22% estariam em condições de pobreza extrema.⁶ Os grupos mais atingidos pelos altos níveis de pobreza – como os causados pelo cultivo de soja transgênica – são os indígenas, camponeses sem-terra e minifundiários, especialmente aqueles com famílias numerosas, chefia de família feminina e baixo nível educativo. O desemprego aberto na área urbana alcança 18% da população economicamente ativa, e o total das pessoas com pro-

blemas de emprego (relacionado com a quantidade do trabalho, o usufruto de direitos, etc.) supera um quinto da população (Fogel, 2005).

Em seu estudo, Fogel argumenta que a expansão da soja transgênica em regime de monocultura e associada a um pacote tecnológico, que inclui o uso intensivo de dessecantes e outros biocidas, produziu uma expansão da fronteira agrícola até lugares onde nunca antes havia chegado. Essa combinação de fatores reestruturou as relações sociais, econômicas e políticas do Paraguai, alterando as regras do sistema agrário e suas instituições e estimulando a corrupção. O Estado parece não ter capacidade para intervir nessa rápida expansão do enclave exportador que, nas palavras do autor, limita marcantemente as possibilidades de desenvolvimento do mercado interno e aprofunda os níveis de pobreza por várias vias, entre as quais se destacam: (i) a expropriação de terras camponesas a favor do capital que sustenta esse modelo; (ii) a expulsão de populações camponesas sem se gerarem fontes de ocupação produtiva para a mão-de-obra que fica disponível; (iii) os danos real e potencial ao meio ambiente e à biodiversidade; e (iv) o incremento da desigualdade social.⁶

A soja transgênica expandiu-se fortemente no Paraguai durante os últimos anos. Em 2004, mais da metade da superfície cultivada do país foi dedicada à soja. A outra face da moeda foi uma significativa e paralela queda nos principais produtos dos camponeses, que, no período agrícola 2002-2003, alcançaram menos da quinta parte do valor total da produção agrícola, em contraste com a soja, que alcançou 68% desse montante (Fogel, 2005).

A expansão da soja transgênica e seus efeitos político-sociais tendem a se agravar à medida que aumentam a produtividade e a taxa de lucro. À proporção que se incrementam a produtividade e a inovação tecnológica nesse segmento da produção agrícola, cria-se menos emprego e expulsa-se mais mão-de-obra desses campos. As taxas de lucro ampliam-se, e consolida-se o papel no mercado dos produtores de soja transgênica e das corporações transnacionais, que não têm apenas as patentes desses produtos, mas também contam com o apoio de organismos internacionais e dos Estados onde residem suas matrizes. As rendas extraordinárias que a

6 Fogel (2005) considera que essas cifras surgem da aceitação das estimativas do Banco Mundial, que considera que o custo da cesta básica de alimentos é de um dólar norte-americano diário *per capita*. No entanto, afirma que, no Paraguai, se estima essa linha em meio dólar norte-americano *per capita* e que, se a estimativa fosse feita com base nos critérios utilizados por outros países da região, essas cifras se veriam duplicadas (ver p. 436 e ss).

soja transgênica produz no Paraguai situam seus beneficiários entre os grupos dominantes da sociedade, o que facilita a obtenção de políticas públicas complacentes para seus interesses.

Enfim, as conclusões desta pesquisa apontam os agentes e as condições criadas pelo Estado e pelos mercados nacional e internacional – como os principais contribuintes para a expansão da soja transgênica, com a conseqüente produção de pobreza presente e futura – no Paraguai. Muitas vezes, essa análise é feita num marco dentro do qual a distinção e as influências recíprocas entre esta estrutura e seus agentes não ocupam o primeiro plano.

ABACATE E PRODUÇÃO DE POBREZA NO MÉXICO

A pesquisa de Rosalía López Paniagua e Pablo Chauca Malásquez sustenta que o emprego precário no âmbito rural no México está crescentemente vinculado (paradoxalmente?) a uma das atividades econômicas mais prósperas. Trata-se da agricultura de exportação praticada em áreas como Michoacán, estado localizado no centro ocidental do país e principal produtor nacional de abacate, cuja plantação é de alto rendimento e competitividade, sendo seu fruto conhecido como o “ouro verde” (López Paniagua; Chauca Malásquez, 2005).

Nessa atividade econômica, a maior parte da mão-de-obra empregada provém de diaristas que realizam a tarefa de coleta, vivendo em condições de pobreza, em virtude – entre outros fatores – da falta de organização, da contratação de trabalho informal e da concentração da terra. Esses elementos podem ser vistos como variáveis independentes ou intervenientes no processo de produção de pobreza num estado como Michoacán, que se encontra acima da média nacional quanto à concentração da renda e com nível de alta marginalização social.

Referindo-se a essa problemática, a pesquisa de López Paniagua e Chauca Malásquez apresenta-se em quatro seguimentos. No primeiro, os autores analisam a estrutura produtiva do abacate; no segundo, referem-se às condições de trabalho dos coletores e suas condições de vida; no

6 Nas áreas rurais do Paraguai, o índice de Gini, que mede a desigualdade, aumentou constantemente desde 1995, passando de 0,56 nessa data a 0,61 em 1997 e 0,66 em 1999 (Fogel, 2002; 2005).

terceiro, examinam as formas de intervenção governamental e das organizações sociais; e, no último, tratam das implicações dessa ambivalência entre prosperidade e pobreza para o desenvolvimento local da zona em estudo. Dessa maneira, esboçam um esquema que contempla a influência tanto de agentes como de estruturas, embora sem articulá-lo a um marco referencial integrado.

A pesquisa avança com uma descrição detalhada das condições geradoras de pobreza, começando por qualificar a importância dessa atividade econômica em Michoacán. Nesse sentido, estima-se que a superfície cultivada com abacateiros alcance, no México, 96.000 hectares (has.), sendo que, dessa superfície, cerca de 78.500 has. correspondem a 21 municípios de Michoacán. Tal magnitude é o que faz com que Michoacán seja definida como a região produtora de abacate mais importante do mundo. Por essa razão, os governos federal, estadual e municipal promovem esse modelo produtivo, sem reconhecer o impacto diferenciado e desequilibrado que exerce sobre a região.

Na cultura do abacate, a atividade que requer o maior volume de mão-de-obra é a coleta da fruta, calculando-se que ela gere mais de 40.000 empregos permanentes e em torno de 60.000 postos sazonais ao ano em Michoacán. Na zona produtora de abacate desse estado, a população de origem camponesa e/ou indígena que não tem terra, ou é proprietária de moradias muito pequenas, é contratada periodicamente (maio-julho) como coletora. Outro grupo de diaristas que se incorpora a este, conhecidos como migrantes ou diaristas “andorinha”, provém de diversas regiões do estado, inclusive muito distantes. A contratação de um diarista passa por um “agenciador”, pessoa que está diretamente ligada aos proprietários e/ou administradores dos pomares e que cobra uma cota do trabalhador para lhe conseguir o emprego. Com isso, se estabelecem relações de tipo clientelista/paternalista, que condicionam o acesso a esse mercado de trabalho. A pesquisa de López Paniagua e Chauca Malásquez aponta ainda que os coletores de abacate trabalham sob condições de grande desvantagem, porque não contam com contratos de trabalho formais e tampouco dispõem de benefícios sociais, tais como dias de descanso semanal e atenção médica, benefícios que um trabalhador sob condições formais recebe. Também não recebem um salário como tal; o pagamento de diaristas é calculado com base no número de caixas de aproximadamente 20 quilos que conseguem encher ao longo de um dia, e recebem-no semanalmente.

O fato de a produção de abacate – caracterizada, como já se apontou, por ser um setor produtivo de alta rentabilidade e vinculado ao mercado norte-americano – ocorrer sobre a base de condições de trabalho precárias leva a se supor que há uma transferência de recursos desse setor social para os proprietários dos pomares e, destes, por intermédio dos *brokers*, para o mercado agropecuário global. Na região de Michoacán, uma proporção importante da população rural encontra-se em situação de pobreza, já que, segundo os dados proporcionados pelos autores, alcança 28,1% dos habitantes, porcentagem que supera a estadual, de 25,4%. O nível de infra-estrutura comunitária de hospitais e escolas é baixíssimo, há carências significativas de moradia e de serviços associados a ela e déficit na alimentação, especialmente da população infantil, entre outras deficiências (López Paniagua; Chauca Malásquez, 2005).

Como se sugeriu mais acima, os autores apresentam uma correlação entre pobreza e produção agrícola de exportação. Ao tomarem quatro municípios com grande produção de abacate (Uruapan, Tancítaro, Peribán e Tacámbaro), observam que, em três casos, a porcentagem de pobreza respectiva (31,3%, 15,5%, 34,4% e 44,8%) supera consideravelmente a média de 28,1% calculada para os 21 municípios, assim como a estadual (25,4%). Quanto à forma de intervenção governamental, argumentam que os traços que a caracterizam seriam os de ausência e/ou cumplicidade. Os três níveis governamentais do México (federal, estadual [ou provincial] e municipal) têm âmbitos de presença diferenciados na região. O governo federal participa, essencialmente, por meio de programas de atenção à pobreza (bolsas para educação básica, apoios a produtores agrícolas, provisão de alimentos) que têm pouco impacto na superação do problema, mas que são rentáveis politicamente ao reforçarem as relações clientelistas. O governo estadual impulsiona seus programas mediante delegações regionais, cujo pessoal atende simultaneamente a problemas operacionais na região e tarefas de escritório na capital do estado, de modo que, freqüentemente, se vê ultrapassado e não realiza um acompanhamento pontual das ações, alcançando, por isso, um nível de eficácia muito reduzido. No que se refere ao governo municipal, os autores percebem haver falta de planejamento de atividades. Por um lado, os planos de desenvolvimento municipal trianuais, que cada governo deve apresentar ao assumir seu mandato, não incorporam uma visão de médio prazo nem tampouco a participação articulada dos diversos atores sociais presentes no território. Por outro lado, o envolvimento social é pratica-

mente nulo, já que não existem espaços efetivos de participação e, no melhor dos casos, os moradores são utilizados para legitimar decisões previamente tomadas pela autoridade. A presença de organizações sociais é muito incipiente na região, devido a limitações de recursos e à falta de articulação com as ações governamentais municipais e estaduais (López Paniagua; Chauca Malásquez, 2005).

Enfim, o estudo de caso descreve uma realidade em que as desigualdades econômicas, sociais e territoriais dilatam-se, e os benefícios de uma atividade econômica próspera – como a exportação de abacate – concentram-se nas grandes empresas acondicionadoras internas e nos *brokers* internacionais. Estes são os agentes do mercado que se beneficiam com as condições dominantes as quais implicam, além disso, um baixo nível de intervenção das agências governamentais – sem se julgar aqui sua eficácia – que, unido à perda de legitimidade e credibilidade, compromete a governabilidade, particularmente no âmbito local. Dessa maneira, o que parece ficar claro na pesquisa é que um modelo de sucesso de exportação de abacate não contribui para a geração de um desenvolvimento integral da região, mas para a produção ou reprodução da pobreza.

CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho, argumentou-se que uma teoria que envolva os níveis de análise internacional, nacional e subnacional é indispensável para se encontrarem explicações e interpretações integrais para a produção e reprodução da pobreza ao longo da história da humanidade que sejam válidas, generalizáveis e empiricamente comprováveis em distintos contextos geográficos e históricos. Além disso, se sugeriu que esse exercício requer concentrar-se na interação de agentes e estruturas que geram, desde a economia política, as condições que produzem e/ou reproduzem a pobreza em diferentes escalas e níveis, algo que também pode se realizar de maneira complementar e integral com a pesquisa que enfoque a redução do fenômeno. Essas duas questões cognitivas foram tratadas ao longo desta apresentação como condições necessárias para que avance a realização de um vínculo efetivo entre ciência e política, com vistas a se reduzir a pobreza e erradicarem-se suas formas extremas.

O passo prévio proposto para se alcançar esse objetivo foi esboçado a partir de um modelo multiníveis que, em seu atual estágio de desenvolvimento, demanda mais elaboração e articulação. Esse exercício teóri-

co de projeto realizou-se vinculado a algumas das pesquisas realizadas no marco do Programa CLACSO-CROP, com a intenção de resgatar a riqueza das contribuições de estudos de caso que iluminam situações específicas de produção de pobreza na Bolívia, Paraguai e México.

As principais conclusões que surgiriam numa avaliação provisória deste exercício estão vinculadas às evidências que emergem em relação às limitações dessas significativas contribuições empíricas para alcançarem um conhecimento mais generalizável. Algumas das razões principais desse déficit estão, precisamente, relacionadas com: (i) a ausência de um marco teórico que permita uma melhor definição das variáveis envolvidas nos diferentes níveis de análise considerados e dos principais conceitos utilizados, tais como os de *agente* e *estrutura*; (ii) a dificuldade para se derivarem hipóteses sobre as possíveis relações causais entre tais variáveis que possam ser verificadas em diversos contextos; e, de maneira relacionada com os pontos anteriores, (iii) a dificuldade de se realizarem exercícios metodologicamente sólidos que permitam alcançarem-se graus crescentes de generalizações empírica e teoricamente substanciais.

Para além dessas questões, é possível observar que grande parte da produção de pobreza descrita por meio desses casos está vinculada à inoperância do Estado (e seus agentes) como contra-estrutura com capacidade para limitar a inevitável geração de pobreza e iniquidade que fomentam os mercados sem regulação. Apesar da evidência empírica proporcionada por esses três estudos de caso (que, como afirmamos mais acima, sempre pode ser refutada por evidência empírica em sentido contrário), da linha argumental que pode se derivar desse incipiente exercício teórico, o Estado pode ser tanto a causa eficiente, como a solução para a problemática da produção de pobreza em distinta escala. Se é um ou outro, isso depende de cada caso concreto. No entanto, de uma perspectiva teórica que inclua os níveis de análises nacional e internacional, essa é a única estrutura com capacidade para enfrentar os efeitos produtores de pobreza de agentes operando sob os estímulos de mercados nacionais e internacionais, carentes de regulações baseadas em critérios distributivos e de equidade.

A construção do modelo teórico aqui esboçado está em sua etapa inicial. Falta muito por fazer. No entanto, é possível visualizar sua provável unidade a partir da verificação do potencial não-realizado que têm as importantes contribuições empíricas aqui apresentadas. A integração entre teoria e pesquisa empírica – por meio do método de estudo de casos

ou comparativo – que permita extraírem-se generalizações sobre a política (ou melhor, a economia política) da produção e reprodução da pobreza parece ser a forma mais efetiva para se fazer avançar conhecimento generalizável que possa oferecer uma base sólida para os processos de tomada de decisões. Existe pesquisa empírica de qualidade. Parece então indispensável contar-se com teorias ou suas simplificações – como são os modelos – para se ordenar e dar sentido ao conhecimento empírico em matéria de produção e reprodução de pobreza.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructura, discurso y actores*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Diccionario de Política*. México: Siglo XXI, 1998.
- BUZAN, Barry; JONES, Charles; LITTLE, Richard. *The logic of anarchy: neorealism to structural realism*. New York: Columbia University Press, 1993.
- CIMADAMORE, Alberto. Ciências Sociais e pobreza: a busca de um enfoque integrado. In: WERTHEIN, Jorge; JOVCHELOVITCH, Marlova. (Org.). *Pobreza e desigualdade no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2003.
- _____. Prólogo. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructura, discurso y actores*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- DEAN, Hartley; CIMADAMORE, Alberto et al. Introduction. In: CIMADAMORE, Alberto D.; DEAN, Hartley; SIQUEIRA, Jorge (Ed.). *The poverty of the State: reconsidering the role of the State in the struggle against global poverty*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- DURFEE, Mary; ROSENAU, James N. Playing catch-up: international relations theory and poverty. *Millennium*, v.25, n.3, p.521, 1996.
- FOGEL, Ramón. *Pobreza y rol del Estado*. Asunción: CERI, 2002.
- _____. Soja transgênica y producción de pobreza: el caso de Paraguay. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia. (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructura, discurso y actores*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LÓPEZ PANIAGUA, Rosalía; CHAUCA MALÁSQUEZ, Pablo M. El oro verde: agricultura de exportación y pobreza rural en México. El caso de los cortadores de aguacate

en Michoacán, México. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructura, discurso y actores*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MONTERO, Lourdes. Las paradojas del modelo exportador boliviano o cómo una mayor integración puede generar mayor pobreza. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructura, discurso y actores*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS. *Informe de la cumbre mundial sobre el desarrollo social*. Nueva York, 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/conf166/aconf166-9sp.htm>>.

ØYEN, Else. *Poverty production: a different approach to poverty understanding*. Documento apresentado na Conferência Social Science and Social Policy in the 21st Century, Viena, Dezembro, 2002. Disponível em: <http://www.crop.org/publications/files/report/Poverty_production.pdf>.

RAMÍREZ VELÁSQUEZ, Blanca Rebeca. *Modernidad, posmodernidad, globalización y territorio*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2003.

WALTZ, Kenneth N. *Teoría de la política internacional*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

WENDT, Alexander. The agent-structure problem in international relations theory. *International Organization*, v. 41, n. 3, p. 335-370, 1987.

_____. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WIGHT, Colin. *Agents, structures and international relations: politics as ontology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.